

Ana Paula Galvão Mello

Apresentação | Edith Maria Barbosa Ramos

Prefácio | Roberto Carvalho Veloso

Saúde & Justiça

ativismo judicial e igualdade

que o direito à saúde está garantido na Constituição a partir do artigo 5º e do artigo 196. É necessário, também, na análise do caso judicializado, a investigação do diagnóstico, do quadro clínico e principalmente, a comprovação da melhor prática de evidência científica, além da eficácia, da acurácia, da efetividade e da segurança do medicamento, produto ou procedimento postulado, sem dispensar, também, a avaliação econômica comparativa dos benefícios e dos custos em relação às tecnologias já incorporadas (observância da relação custo-benefício).⁶

Diante de uma situação tão complexa, a exigir soluções complexas, a autora discute a problemática da reserva do possível, como sendo a disponibilidade efetiva dos recursos públicos para atender às determinações judiciais. É certo que, em alguns casos, o cumprimento da ordem emanada pelo Poder Judiciário alcança parte considerável do orçamento público.

Tudo isso está muito bem debatido no livro da professora Ana Paula Galvão Mello, cuja leitura recomendo aos que desejam se aprofundar no tema da judicialização da saúde e no ativismo judicial para sua concretização. Produto da pesquisa realizada por tão competente profissional do Direito, “Saúde & Justiça: Ativismo Judicial e Igualdade” certamente ocupará um espaço no debate de tão importante assunto.

Roberto Carvalho Veloso
Desembargador Federal e professor

6. SCHULZE, Clenio Jair; GEBRAN NETO, João Pedro. *Direito à saúde: análise à luz da judicialização*. Verbo: Porto Alegre, 2015, pp. 67-68.

Introdução	27
1. O Direito à Saúde	31
1.1 Determinações sobre o Direito à Saúde	38
1.2 Direito à Saúde no âmbito brasileiro	49
1.3 Direito à Saúde no âmbito português	61
2. Princípio da Igualdade	67
2.1 Fundamentos para o conceito de igualdade	67
2.2 Considerações sobre o princípio da igualdade	87
2.3 Princípio da Igualdade e a ponderação sobre a insuficiência econômica	100
3. O Poder Judiciário e o Direito à Saúde	111
3.1 A Separação dos Poderes do Estado e o Ativismo Judicial	115
3.2 O ativismo judicial como garantia de efetividade do direito à saúde no Brasil	150
3.3 Atuação do Poder Judiciário português frente ao direito à proteção da saúde	170
3.4 Ativismo Judicial e seu reflexo no Princípio da Igualdade	178
Considerações Finais	193
Referências	200